

IV CONFERÊNCIA ESTADUAL DE CULTURA EM MINAS GERAIS

Democracia e Direito à Cultura

Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais

Subsecretaria de Cultura

Conselho Estadual de Política Cultural de Minas Gerais - Consec

4^a CNC
CONFERÊNCIA NACIONAL DE **CULTURA**



CULTURA E
TURISMO



**MINAS
GERAIS**

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.

MINISTÉRIO DA
CULTURA



Ficha Técnica

GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Romeu Zema Neto

VICE-GOVERNADOR

Mateus Simões

SECRETÁRIO DE ESTADO DE CULTURA E TURISMO

Leônidas José de Oliveira

SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DE CULTURA

Igor Arci Gomes

SUPERINTENDENTE DE FOMENTO CULTURAL, ECONOMIA CRIATIVA E GASTRONOMIA

Janaína Amaral Pereira da Silva

DIRETOR DE ECONOMIA CRIATIVA

José Oliveira Junior

SECRETÁRIA EXECUTIVA DO CONSECOM

Jade Fernandes Cesário Alvim

EQUIPE DA DIRETORIA DE ECONOMIA CRIATIVA

Cristina Maria Mendanha

Ilton César Dias

Jean Sérgio Gomes Oliveira

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL - Segmentos profissionais (em ordem alfabética por segmento)

Artesanato: Rita de Cássia Loureiro Trindade (Maria do Carmo Barbosa atuou também no período)

Audiovisual: Aryanne Ribeiro e Mariana Mól Gonçalves

Circo: Xisto José Pinto Costa (Xisto Siman) e Sula Kyriacos Mavrudis

Dança: (Wenderson Godoi dos Santos) Wenderson Godoy e Jussara Braga Bastos (Jussara Braga)

Design: Antonio Carlos Pimenta Diniz e Andreia Freitas de Oliveira

Entidades: Danilo Silva Batista e Wallace Rocha Armani

Gastronomia: Daiany Soares Sarmiento (Daiany Durães) e João Michel Daniel Ferreira (Michel Ferrabiamo)

Literatura, Livro, Leitura e Bibliotecas: Carola Maria Marques de Castro

Moda: Giovanna Penido Pinto Marques Paiva (Sueli Urbano atuou também no período)

Museus Andressa Iza Gonçalves e Jeferson Rios Domingues

Música: Marcela de Queiroz Bertelli

Produção Cultural: José Ricardo Simões Silva e Lais Terçariol Vitral

Teatro: Emanuel Geraldo da Silva (Emmano Garcia) (Bruno Costa atuou também no período)

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL - Segmentos de promoção da Diversidade

Culturas Afro-brasileiras: Josiany Vieira de Souza (Adriano Maximiano atuou também no período)

Culturas Indígenas: Darupü'üna tikuna (Roseane Tomaz do Carmo) e Hilário Corrêa Franco

Culturas Populares e Tradicionais: Thaynä Fernandes Araújo Paes e Giovani Vicente de Paula Rocha (Mariana Botelho atuou também no período)

Patrimônio Imaterial: Charles Moraes de Lima e Maria Agripina Neves (Alanson Gonçalves e Ione Amaral atuaram também no período)

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA REVISÃO DO PLANO ESTADUAL DE CULTURA**SOCIEDADE CIVIL**

Andressa Iza Gonçalves (CONSEC)
Aryanne Ribeiro (CONSEC)
Carola Maria Marques de Castro (CONSEC)
Cesária Alice Macedo (FÓRUM PERMANENTE DE CULTURA)
Cláudia Houara de Castro (FÓRUM PERMANENTE DE CULTURA)
Geraldo Ângelo Octaviano de Alvarenga (área de técnicos das artes)
Giovanna Penido Pinto Marques Paiva (CONSEC)
Paulo Morais (REDE MINEIRA DE PONTOS DE CULTURA)
Thaynã Fernandes Araújo Paes (CONSEC)
Wenderson Godoi dos Santos (CONSEC)
Xisto José Pinto Costa (CONSEC)

PODER PÚBLICO

Ana Cristina Bruno Soares (SECULT - FOMENTO)
André Luiz Veloso Ferreira (SEPLAG)
Debora Raíza Carolina Rocha Silva (IEPHA)
Eduardo Silva da Silveira (SEF)
Flávia Cristina Assis Moreira (EMC)
Igor Arci Gomes (SECULT – SUBSECRETARIA DE CULTURA)
Janaína Amaral Pereira da Silva (SECULT – Fomento)
José Oliveira Junior (SECULT – Economia Criativa)
Katia Marília Silveira Carneiro (FCS)
Pollyanna Lacerda Machado (SECULT – Diretoria de Museus)
Verônica Ildefonso Cunha Coutinho (SECULT – Assessoria Estratégica)

EQUIPE DE COLABORAÇÃO TÉCNICA INSTITUCIONAL

Ana Cristina de Carvalho Pontes (ALMG)
Brenda Cristina Grandioso (AMM)
Fernando Antônio Mencarelli (UFMG)
Luis Gustavo dos Santos Dutra (REDE ESTADUAL DE GESTORES MUNICIPAIS)
Moacyr Laterza Filho (UEMG)

DOCUMENTOS OFICIAIS:

[Portaria MinC nº 45/2023](#)

[Portaria MinC nº 63/2023](#)

[Documento base IV CNC](#)

[Avaliação do Plano Nacional de Cultura](#)

[Plano Estadual de Desenvolvimento da Economia da Criatividade](#)

[Plano Estadual de Cultura de Minas Gerais \(lei 22.627/2017\)](#)

[Modelos de minutas convocação local e regimento local](#)

Sumário

Ficha Técnica.....	2
Palavras iniciais do Secretário de Cultura e Turismo do Estado de Minas Gerais	5
Palavras iniciais do Subsecretário de Cultura.....	6
INTRODUÇÃO	7
Organizar reuniões públicas e conferências municipais: desconstruindo a mística do “não dá tempo”	8
Antecipar a discussão: Articular, mobilizar, preparar e discutir	10
Recomendações para as conferências em si	12
Facilitação e organização das reuniões	15
O local de realização das reuniões	16
Sobre as propostas e relatórios	18
Sobre textos e votações	20
Sobre eleição dos delegados	21
CONTEÚDOS	22
Os eixos da IV Conferência Nacional de Cultura	24
EIXO I - Institucionalização, Marcos Legais e Sistema Nacional de Cultura	24
EIXO II - Democratização do acesso à cultura e Participação Social.....	25
EIXO III - Identidade, Patrimônio e Memória	28
EIXO IV - Diversidade Cultural e Transversalidade de Gênero, Raça e Acessibilidade na Política Cultural	30
EIXO V - Economia Criativa, Trabalho, Renda e Sustentabilidade	33

Palavras iniciais do Secretário de Cultura e Turismo do Estado de Minas Gerais

O Estado de Minas Gerais, através da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo, tem a grata satisfação de entregar este documento para contribuir com as discussões da IV Conferência Estadual de Cultura, que integram a IV Conferência Nacional de Cultura. É resultado de um esforço conjunto entre a Secult, o Conselho Estadual de Política Cultural – CONSEC e a Rede Estadual de Gestores Municipais de Cultura, aos quais agradeço aqui.

Este documento visa, basicamente fornecer subsídios para que os gestores municipais consigam realizar suas conferências, orientando o passo a passo na realização e disponibilizando conteúdos de apoio para cada um dos eixos. É uma das diretrizes que demos: fortalecer a relação do estado com os municípios, em todos os aspectos, para que possamos aproveitar plenamente a transversalidade da cultura e torná-la o caminho principal para o desenvolvimento local sustentável.

Boa Conferência a todos e espero que possamos encontrar-nos na III Conferência Estadual de Cultura.

Leônidas José de Oliveira

Secretário de Estado de Cultura e Turismo

Palavras iniciais do Subsecretário de Cultura

A Subsecretaria de Cultura de Minas Gerais sabe da importância da participação social e vamos realizar aqui a IV Conferência Estadual de Cultura, parte da IV Conferência Nacional de Cultura. Junto com o Conselho Estadual de Política Cultural – CONSEC, a Rede Estadual de Gestores Municipais de Cultura, centenas de gestores municipais e milhares de pessoas que vão participar das conferências municipais, vamos construir juntos esta grande conferência, dez anos após a última realizada, impactando diretamente na “ponta”, no maior número possível de cidadãos e municípios.

É, para nossa equipe, um compromisso importante. Temos focado em qualificar as entregas que a Secult realiza na e com a cultura e, modo contínuo, queremos que as conferências ou a participação no conselho estadual ou nos conselhos municipais não sejam apenas formalidade, mas contribuam para a construção de um estado melhor, mais humano e mais democrático.

Que tenhamos a melhor conferência possível!

Igor Arci Gomes

Subsecretário de Cultura de Minas Gerais

INTRODUÇÃO

Enfim, foi convocada a IV Conferência Nacional de Cultura (CNC) e estabelecidos os calendários e eixos definitivos. Em Minas Gerais também caminhamos para a realização da IV Conferência Estadual de Cultura, logo após o Conselho Estadual de Política Cultural ter completado dez anos de existência. A IV CNC foi convocada ainda no ano passado e tem o suporte técnico da FLACSO – Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, obedecendo ao disposto nas portarias MinC 45/2023 e 63/2023, já atualizadas.

Em alinhamento com gestores municipais de cultura, estabelecemos a prioridade de garantir orientação prática e objetiva para que os municípios tenham condição de realizar suas conferências municipais e tenhamos um número de delegados condizente com os 853 municípios no estado.

Este documento visa facilitar este processo, principalmente para os municípios de menor porte. Importante ressaltar que, os municípios mineiros não são ainda totalmente restritos a áreas urbanas, contando com média de 78% de urbanização, então ainda temos que avançar no interior dos interiores para que as políticas realmente se efetivem.

Expomos como e por que organizar reuniões públicas e conferências, sua função para além da obrigação e que tenha impactos locais efetivos, principalmente para avançarmos também na institucionalização dos sistemas municipais de cultura. Em seguida, apontamos a importância de encontros preparatórios (reuniões públicas, pré-conferências etc.) e estabelecemos uma orientação de como realizar estes encontros, como modo de antecipar e qualificar as discussões na plenária da conferência municipal.

Sequencialmente, como preparar organizar o espaço físico da conferência de acordo com o tamanho dos locais onde será realizada a conferência e como preparar a capacitação para os facilitadores. Os materiais que a Secult disponibilizará aos municípios para que haja condição técnica mínima para tornar os diálogos mais efetivos e produzir encaminhamentos para o próprio município, as conferências posteriores (Estadual e Nacional).

Por fim, os focos em Minas Gerais de conteúdos orientadores dentro de cada um dos eixos, alinhados às discussões de revisão do plano estadual de cultura e às prioridades setoriais e de interfaces da cultura discutidas e votadas e plenária do Conselho Estadual de Política Cultural. Desta forma, acreditamos tornar mais efetivas todas as discussões e prioridades em âmbito local.

Organizar reuniões públicas e conferências municipais: desconstruindo a mística do “não dá tempo”

Como e por que existem as conferências? Em primeiro lugar, as conferências são esforço de décadas para ampliar a participação da sociedade civil na gestão das políticas públicas. Com um caráter formal e progressivo (são realizadas em âmbito local, estadual e depois municipal), elas têm um desenho que exige não apenas organização, mas mobilização, uma vez que, além das propostas a serem votadas durante a conferência, há a eleição de delegados, que representarão aquele conjunto de pessoas na conferência imediatamente “acima”: os delegados municipais representam na etapa Estadual e os delegados estaduais representam na etapa Nacional.

Assim como conselhos e outras instâncias participativas, as conferências têm um “regimento”, documento que serve para organizar como acontecem as discussões, as votações e como são eleitos os delegados. Preferencialmente, quem deve votar isso é o conselho. Normalmente se perde muito tempo das conferências com leituras intermináveis de regimento (tem lugares que há tanta disputa pelo documento que pode se gastar até dois dias para isso) e ao final, o conjunto das pessoas talvez nem faça ideia do que se trata: votam para ficar livres. Há importância sim e precisamos ficar atentos, mas o regimento interno da conferência não é caso de vida ou morte, é apenas um balizador das condições de deliberação.

Conferências não são simples. Em primeiro lugar porque são espaços para “deliberar”, “decidir”, ou seja, a conferência, em si, deveria representar a fase final de um processo participativo, onde já se discutiu bastante, já se estabeleceu um conjunto mínimo de alternativas, já se tirou a maioria das dúvidas que pudessem existir. Esta não é a realidade, principalmente no setor cultural, e não apenas nos interiores: nas

periferias das maiores cidades em geral há precariedade de participação. Muitas vezes não é por desinteresse, simplesmente, mas por desconhecimento de para que serve, por duvidar das instituições ou, pior ainda, por achar que cultura é assunto só para artistas

Há no país toda uma ausência de discussões continuadas, de espaços participativos regulares, o que acaba tornando as conferências, por curto espaço de tempo, um caldeirão de tensões, onde as pessoas querem falar, querem espaço para externar para as gestões tudo que não puderam no cotidiano dos anos anteriores. E acaba ficando muita gente alheia às urgências que podem existir nos segmentos artísticos, optando por não ir às conferências, que ficam esvaziadas do povo.

Não é exclusividade da cultura, já que acontece em diversos setores de atuação do Estado, como transporte, planejamento urbano, educação, saúde, assistência social, etc. Além das eternas discussões sem solução, há uma postura frequente nas gestões, de querer que especialistas conduzam os processos, que podem dizer o que é melhor. Ainda se estes especialistas utilizarem metodologias realmente participativas e abertas, ok, mas normalmente a presença deles é conceitual, para grandes definições e por vezes não ajuda a entender de verdade o que vai ser discutido ali naquele momento e quais as consequências daquelas decisões que vão ser tomadas.

Isso faz o desafio das conferências de cultura muito delicado. Como estamos correndo o tempo todo nas gestões locais, principalmente da maioria de municípios brasileiros que são muito pequenos e com equipes minúsculas (quando existem), pode ser que as conferências virem apenas “uma coisa a mais”, “uma obrigação a mais” para fazer e não tenha como acontecer a devida preparação anterior, mobilização para a participação e retorno sobre discussões anteriores, e muito menos discussões em preparação para aquela conferência. E “dá-lhe correria” para vencer em um ou dois dias uma discussão que deveria ser contínua na cidade e capitaneada pela sociedade civil do conselho de política cultural. Ufa!

Muitos gestores acreditam que, ao realizar uma conferência estão cumprindo uma obrigação, o que não deixa de ser real. Conferências são marcadas para um ou dois dias, com dezenas de assuntos polêmicos, sem discussão prévia, sem mobilização, sem

preparação ou retorno sobre as anteriores, as quais foram duas ou três conferências feitas na mesma pressa, na correria. E, como isso tudo acontecendo assim tem muita chance de dar errado, caso ela aconteça, vai virar um muro das lamentações e uma correria imensa para obrigar as pessoas a dizerem o que querem (ou acham que querem), virando quase sempre só um levantamento de demandas, muitas vezes estapafúrdias e desconectadas da realidade local.

O espaço de reclamar, que sempre vai ocorrer (e é, em certa medida, legítimo, diga-se de passagem), de tirar dúvidas ou até da gestão comunicar com calma tudo aquilo que vem fazendo não existe e, pelo que parece, ainda deve continuar não existindo a se considerar o panorama no país todo.

Há uma situação ainda pior, se a conferência for imposta, sem a participação do conselho ou da sociedade na organização, na correria, apenas para cumprir obrigatoriedade, pois assim há uma imensa probabilidade de não dar certo mesmo, como espaço participativo. Mas, então, como e qual pode ser um formato decente? Quais as alternativas para que a conferência seja diferente de tudo que já aconteceu e seja efetivamente um estágio positivo de participação da sociedade na discussão dos rumos da gestão da política cultural local?

Antecipar a discussão: Articular, mobilizar, preparar e discutir

Primeiro ponto é que toda a discussão que vier a acontecer numa conferência precisa ser precedida de uma série de ações antes desta própria conferência. E devem ser parte da conferência, em si. O que chamamos de conferência, realizada em uma data específica e com eleição de delegados, deve ser o encerramento de um processo. E esse encerramento é considerado um “evento participativo”.

Preparar informações, abrir discussões virtuais, realizar encontros preparatórios espalhados pela cidade para ir reunindo informações, demandas, explicando o que já vem sendo feito, colhendo sugestões para melhorar o que já vem sendo feito, etc. Assim, a conferência não vai parecer um corre-corre desesperado para aprovar algo a qualquer custo. Nas ações do poder público com a sociedade civil uma das frases mais ouvidas é

“não dá tempo de fazer isso”, seja lá o que for “isso”. É frase pronta, infelizmente. Precisamos, como gestores, desconstruir esta ideia.

Pode-se dizer “ah, mas não conseguimos fazer nada prévio, temos Lei Paulo Gustavo pra organizar, temos festa local, etc”. Começamos com algo menor e à medida que o tempo passa, teremos histórico maior de participação. O ponto de partida pode vir das próprias escutas feitas para a Lei Paulo Gustavo, que são obrigatórias.

Com os recursos da Lei Paulo Gustavo neste ano de 2023 e mais quatro anos seguintes com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, teremos que nos organizar muito bem para não virarmos reféns do “não dá tempo”. Além da conferência em si, temos organização dos sistemas municipais, conselhos, fundos e planos municipais. Um pouco de calma para observar tudo isto e aprender que planejamento público se faz com informação consistente e passo a passo é um bom começo.

Uma questão crucial é sabermos qual será o real apoio federal e estadual para que os municípios avancem nesta questão, pois não adiantar simplesmente obrigar os municípios a fazer, pois a realidade, principalmente dos muito pequenos é o gestor ser um ser com múltiplas obrigações das mais diversas possíveis, como dissemos antes. Sem uma obrigação constitucional de investimento mínimo nas gestões ou programas municipais ligados à cultura, a precariedade é a realidade mais comum. Como fazer uma conferência minimamente com um prazo razoável, como são muitas das conferências de política urbana, que se distribuem em alguns meses?

O ideal para que as conferências tivessem resultados bons para as políticas públicas é que houvesse um sistema de participação social, com o conselho municipal de política cultural capitaneando o processo. Exemplos:

- Se há um equipamento cultural na cidade, deveria haver uma comissão ou comitê para discutir pauta ou as prioridades das comunidades do seu entorno.
- Se o município tem um grande evento, como mostra, festival ou festejo popular o ideal é que se crie uma comissão organizadora ou comissão consultiva da mostra, com o objetivo de chamar a sociedade para discutir.

Alguns afirmam que isso é burocratizar a atuação do Estado, mas é a referência de um Estado democrático. Participação é processo, é continuidade, é amadurecimento. Então, discutido isso previamente, vamos ao que podemos preparar. Primeiro, o cadastro municipal ajudará muito para organizar as informações. O que já houver na cidade pode ajudar a começar, mas os principais elementos para constar em um cadastro estão num outro material que disponibilizaremos e o que forem informações sobre a realidade local está num outro material. Segunda coisa é que o processo participativo exige que haja fala, escuta, diálogo, discordâncias, colaboração, que pode ser ampliada com capacidade de síntese.

Recomendações para as conferências em si

Recomendamos sempre a realização de conferências municipais em vez de conferências intermunicipais para que haja acúmulo para os anos seguintes. Normalmente quando os municípios participam apenas de intermunicipais, quem vai mesmo é o poder público, ficando as discussões gerais restritas aos moradores das cidades que sediam as pré-conferências.

Levar sempre em consideração um ponto importantíssimo que é o fato de nossa população em geral não estar integrada às grandes discussões nacionais sobre os temas, então exigirá paciência da parte de todos os gestores e até da sociedade em geral. Aqui tentamos facilitar ao máximo o processo, mas quanto menor o município maior a possibilidade de as pessoas não entenderem claramente a profundidade da discussão que se pretende para este momento.

Historicamente temos um quadro com muitas conferências intermunicipais e poucas conferências que discutem a realidade local. Municípios por diversos motivos entendem ser melhor não ter gastos ou ocupação de pessoal com uma organização maior. Por isto entendemos que existe, sim, a importância da realização de conferências intermunicipais, mas temos a preocupação que o tempo curto e a realização simultânea dos recursos da Lei Paulo Gustavo impeçam as conferências de terem resultados ideais e deixar informações que podem ser usadas nos quatro anos de Lei Aldir Blanc II que teremos pelos próximos anos. As intermunicipais terão o apoio da Secult e dos

secretários territoriais da rede de gestores para articulação e mobilização. As municipais terão toda orientação da equipe da Secult.

Podem ser organizados dois encontros preparatórios, de forma aberta, para esclarecer a população, para ouvir, então é este o momento da escuta livre sobre os temas propostos e sobre a cidade, de forma que na conferência as pessoas possam estar inteiradas do que se discutirá. Podem começar com os vídeos de suporte preparados pela Secult e em seguida, abram a palavra por meio de inscrição para fala (ou, se preferirem, podem deixar aberto mesmo).

Deem espaço para a livre manifestação sobre os temas e também sobre as precariedades locais que talvez existam. Este é o objetivo realmente dos encontros preparatórios e preliminares. Nada formal para que a população participe sem constrangimento.

As cidades que tiverem condição técnica e financeira podem e devem realizar formalmente pré-conferências, com votações e o número de presentes contará para a definição do número de delegados eleitos em âmbito municipal para participar na conferência estadual.

Em Minas vamos fazer todo esforço possível para que cada município faça sua conferência municipal ou pelo menos encontros de preparação e discussão. Entendemos que os municípios de porte muito pequeno (até 5 mil habitantes) podem ter dificuldades, e temos 247 municípios nesta situação. Sugerimos que **apenas estes municípios com menos de 5.000 habitantes façam a opção de participar de conferências intermunicipais**, por questões operacionais óbvias já relatadas nos últimos dois anos.

Porém, recomendamos que façam ao menos uma reunião com a comunidade local para tirar duas prioridades locais e preparar um documento para levar para a conferência intermunicipal. Não haverá delegados eleitos, mas haverá um documento com prioridades municipais que pode ser utilizado como referência para a institucionalização do sistema municipal de cultura, condizente com o porte do município, e que já prepare para a Lei Aldir Blanc II, que trará recursos até 2027.

Para os **235 municípios com população entre 5.000 e 9.800 habitantes** recomendamos a realização de uma Conferência Municipal de menor porte e com a votação de três propostas de prioridades municipais para cada um dos eixos nos moldes propostos pelo Ministério da Cultura, as quais, sendo compartilhadas com a Secult e a Rede Estadual de Gestores Municipais, terão especial atenção nas próximas ações regionais da rede e também em discussões com a equipe do Ministério da Cultura. Haverá delegados eleitos e que participarão da Conferência Estadual de Cultura. Preparem um relatório conforme modelo do Ministério da Cultura e encaminhem para a comissão estadual no e-mail conferenciaestadualcultura@secult.mg.gov.br

Para os **230 municípios com população entre 10.000 e 25.053** recomendamos a realização de pelo menos um encontro preparatório, (podem ser mais, de acordo com a condição da equipe local), mantendo a realização de uma Conferência Municipal de menor porte e com a votação de três propostas de prioridades municipais para cada um dos eixos, nos moldes propostos pelo Ministério da Cultura, as quais, sendo compartilhadas com a Secult e a Rede Estadual de Gestores Municipais, terão especial atenção nas próximas ações regionais da rede e também em discussões com a equipe do Ministério da Cultura.

Sugerimos que, caso haja condição operacionais e financeiras, o município faça pré-conferências, uma vez que além de contribuir para aperfeiçoar a discussão, amplia o número de delegados. Haverá delegados eleitos e que participarão da Conferência Estadual de Cultura. Preparem um relatório conforme modelo do Ministério da Cultura e encaminhem para a comissão estadual no e-mail conferenciaestadualcultura@secult.mg.gov.br

Para os **107 municípios com população entre 25.000 e 100.000** recomendamos a realização de pelo menos dois encontros preparatórios (podem ser mais, de acordo com a condição da equipe local), mantendo a realização de uma Conferência Municipal de menor porte e com a votação de três propostas de prioridades municipais e três propostas de prioridades em âmbito estadual para cada um dos eixos, nos moldes propostos pelo Ministério da Cultura, as quais, sendo compartilhadas com a Secult e a

Rede Estadual de Gestores Municipais, terão especial atenção nas próximas ações regionais da rede e também em discussões com a equipe do Ministério da Cultura.

Sugerimos que, caso haja condição operacionais e financeiras, o município faça pré-conferências, uma vez que além de contribuir para aperfeiçoar a discussão, amplia o número de delegados. Haverá delegados eleitos e que participarão da Conferência Estadual de Cultura. Preparem um relatório conforme modelo do Ministério da Cultura e encaminhem para a comissão estadual no e-mail conferenciaestadualcultura@secult.mg.gov.br

Para todos os restantes 34 municípios acima de 100 mil habitantes recomendamos a realização de pelo menos quatro encontros preparatórios, uma pré-conferência formal e uma conferência integral, com a votação nos moldes propostos pelo Ministério da Cultura (em cada eixo, três propostas de prioridades para o âmbito municipal, três propostas de prioridades de âmbito estadual, a serem levadas à Conferência Estadual, e três propostas de prioridades para serem levadas à Conferência Nacional). Haverá delegados eleitos e que participarão da Conferência Estadual de Cultura. Preparem um relatório conforme modelo do Ministério da Cultura e encaminhem para a comissão estadual no e-mail conferenciaestadualcultura@secult.mg.gov.br

Obs.: Lembramos que não é uma orientação de “não realizar” conferências intermunicipais, mas de ter atenção às questões de delegados e de ter pelo menos um documento formal que reflita as discussões locais.

Facilitação e organização das reuniões

É fundamental, no mínimo, uma equipe de facilitadores, com preparação anterior, para lidar com esse papel de “facilitar”, ao invés de ordenar, controlar ou algo parecido, não se confundindo com um “capataz”. O encontro é “para” as pessoas e “com” as pessoas”, o protagonista de uma discussão pública é sempre o cidadão e não o gestor, a equipe da gestão ou qualquer outro elemento externo, por mais especialista que seja.

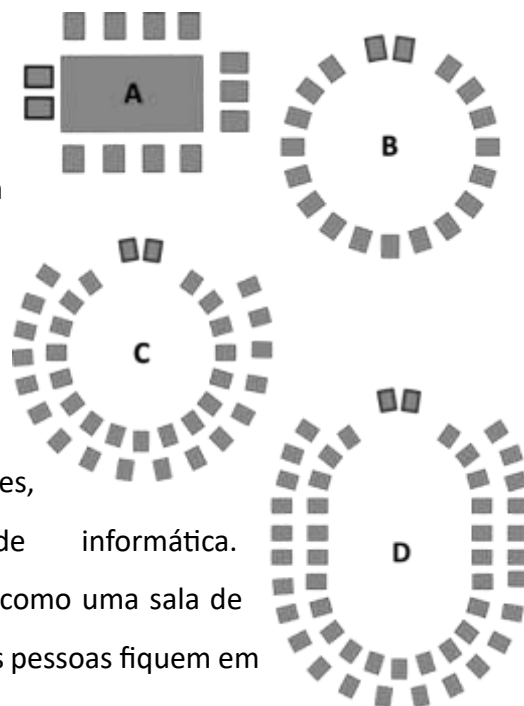
A função do poder público deve ser criar condições para que as pessoas possam expressar-se e escutar a expressão dos outros. E sem material que se recupere tudo que o município já discutiu em conferências ou fóruns locais, provavelmente o resultado será ruim, pois todas as reclamações juntas vão reaparecer, de forma descontrolada, tenham certeza.

Importante que haja a escolha de pessoas nos grupos para a função de secretariar, recolher e organizar os textos, preferencialmente com capacidade de síntese. Duas pessoas é um bom número. Frisamos: importante que as pessoas que irão atuar com isso sejam capazes de escutar e de fazer síntese. Quem fala muito serve para outras atividades durante a conferência, como tirar dúvidas, recolher perguntas, discutir com os facilitadores e secretários como resolver questões que surgirem, etc.

O local de realização das reuniões

De acordo com a previsão de participantes, o órgão local deve pensar pelo menos um espaço por eixo. O espaço para realização da conferência deve ter um auditório que comporte o público estimado e que possua 5 (cinco) salas disponíveis para realizar os Grupos de Trabalho, seguindo a quantidade de eixos, semelhantes à proposta do Ministério da Cultura (MinC).

Sugere-se que os centros de cultura, teatros, bibliotecas e outros espaços culturais do município sejam ocupados pela Conferência. Ou, na ausência deles, uma opção interessante pode ser utilizar as escolas para os Grupos de Trabalho, pois elas já possuem uma estrutura logística como cadeiras, mesas, banheiros, bebedouros e, muitas vezes, disponibilizam seus equipamentos de informática. Encarecidamente, não vamos dispor cadeiras como uma sala de aula, pois isso é constrangedor. O ideal é que as pessoas fiquem em



espaços com cadeiras dispostas como nas opções dos desenhos de A até D na página anterior.

Na entrada, além de pessoal para receber e encaminhar, são necessários computadores e uma impressora para o credenciamento dos participantes, de forma organizada por letras do alfabeto. Muitos lugares fazem inscrição prévia e já deixam prontas as etiquetas só para colar nos crachás, depende do que você achar mais prático.

As inscrições prévias não deveriam ser a única forma de participar, uma vez que nós da cultura temos grande contingente que só decide de última hora que consegue participar. Então, ok para as inscrições prévias, que facilitam a organização, mas deve haver a possibilidade de as pessoas poderem se inscrever no próprio local, tomando-se o cuidado de preencher todos os dados dos formulários, os quais devem ser posteriormente transcritos para compor o documento final dos participantes.

Como temos a obrigação de eleger delegados para esta conferência e dependerá do número de participantes tem que haver confirmação de presença em todos os dias da conferência. Muitos lugares usam até crachás de cores diferentes para identificar dias diferentes. Cada município veja, dentro das suas possibilidades, como fazer.

Pode ser feita uma apresentação geral para todos, normalmente com uma palestra ou exposição sobre os principais temas que serão discutidos. Daí, partimos para os grupos por tema. Sugerimos que, caso possível, sejam disponibilizados um computador e um projetor em cada um dos grupos de trabalho. Em Minas a Secult irá preparar um pequeno vídeo para auxiliar os municípios e que poderá ser utilizado ao início de cada temática, podendo também ser usado em reuniões preparatórias das equipes municipais ou encontros preparatórios da sociedade civil.

Importante ressaltar que as reuniões preparatórias e pré-conferências são os momentos de abrir os microfones e deixar a sociedade civil falar livremente. Isso facilita a organização e a liberdade de fala dos participantes e por isso recomendamos incisivamente a realização destas atividades preliminares. É fundamental explicar que a dinâmica precisa da colaboração de todos para funcionar, assim não é recomendável acontecer de alguém falar indefinidamente, podendo a comissão organizadora

estabelecer um limite máximo de tempo de fala, de modo a dar espaço ao maior número possível de intervenções. Para a Conferência em si, o ideal é ter pequenos formulários, formato de ¼ de folha A4, para recolher sugestões por escrito.

Seria ideal ter também um computador e um projetor para ser utilizado na plenária, onde a metodologia será apresentada em PowerPoint (ou qualquer outro aplicativo de preparação de apresentações), onde serão compartilhadas e priorizadas as propostas em registro aberto (escrevendo no momento da própria reunião). Caso não haja possibilidade dos equipamentos, precisa pensar em um tempo para consolidar a escrita das proposições entre o trabalho dos grupos e as plenárias

Falando de recursos Humanos, para o desenvolvimento pleno das atividades da conferência o ideal é ter pessoas para receber quem vai chegar e fazer assim o credenciamento dos participantes, além de 5 (cinco) mediadores que poderão ser qualificados pela equipe do setor de cultura, com apoio da secretaria estadual e os membros da rede estadual de gestores municipais, para facilitar a metodologia dos grupos de trabalho e da plenária. Assim como haverá vídeos sobre os temas, pelo menos duas lives da Secult irão orientar as equipes de organização das conferências. Fiquemos atentos aos seguintes aspectos:

- Pensar locais para realizar preparação;
- Dar informações sobre a gestão municipal;
- Dar informações sobre para que serve aquela conferência e que não será algo que “vem e some”;
- Explicar de forma simplificada o que são os cinco temas propostos, a partir dos vídeos disponibilizados;

Sobre as propostas e relatórios

Cada município ou conjunto de municípios, no caso das intermunicipais, deverá votar em **até três propostas prioritárias** por eixo. Se houver pré-conferências, o ideal é receber todas as propostas, organizar e disponibilizar para a plenária, sem necessidade de votação expressa nas pré-conferências. Aí a gestão terá o trabalho de organizar estas proposições levantadas nas pré-conferências e disponibilizar antes da realização de

conferência para todos, por meio eletrônico mesmo. Nos municípios onde for constatada dificuldade de acesso ao meio eletrônico, sugerimos que se disponibilize algumas cópias impressas.

Cada GT irá preparar **até três propostas de prioridades por eixo**. Em **caráter municipal** aquilo que entendem ser as prioridades em cada eixo, com base nos conteúdos aqui disponibilizados e numa atualização sobre as conferências já realizadas (reunidas num documento para que os participantes saibam dos avanços ou não). Pode acontecer de os participantes entenderem que basta retomar as propostas anteriores, reorganizadas ou atualizadas. Se não foi feito nem o que se pediu anteriormente, faz pouco sentido inventar novas. O que pode é aperfeiçoar ou atualizar, caso o município já tenha alcançado algumas delas.

Este conjunto posteriormente será tomado como base seja para criar o plano municipal de cultura que para alterar e aperfeiçoar o existente. Nos municípios que já tem plano municipal em vigência há mais de dois anos, sugerimos distribuir uma cópia aos cidadãos para subsidiar as ações.

Em **caráter estadual**, as três devem ser baseadas nas prioridades que são colocadas neste documento e já compõem parcialmente o plano estadual, ou podem, caso os participantes entendam necessário, propor uma outra que entendam ser importante como prioridades regionais específicas e que não tenham sido contempladas nos documentos do CONSEC.

Par as propostas de caráter nacional, acreditamos serem indicativos importantes o fortalecimento do papel e reorganização do **Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC**, ênfase na atuação dos fóruns e redes nacionais de Secretários Estaduais e Municipais, do Fórum Nacional dos Conselhos – Conecta, bem como a garantia recursos e equipe técnica para apoio aos municípios e implantação dos sistemas municipais de cultura.

As três conferências nacionais até o momento ainda têm prioridades que nem foram efetivadas e propomos que os relatórios municipais foquem na execução das prioridades nacionais das três conferências até o momento e acrescentem estas

questões de fortalecimento dos fóruns nacionais. Disponibilizamos em anexo um [quadro com as definições das três conferências nacionais anteriores e o status](#), já atualizado com as últimas mudanças na recriação do MinC.

Sobre textos e votações

Como exige que se faça redação, é importante que sejam textos objetivos e visualizáveis, cada um contendo apenas um objeto. Não adianta mil pedaços de textos reunidos, então é necessária muita atenção. Por isto, o conteúdo aqui proposto pode ajudar neste processo, podendo o município disponibilizar junto com o que foi discutido nas conferências ou fóruns anteriores, caso tenham ocorrido.

Votações, em grandes conferências, podem ter a opção de votar por contraste, que é identificar pelo número de crachás levantados se uma proposta foi ou não aprovada. Caso não se identifique maioria visual, aí contam-se os votos favoráveis e contrários.

Nas votações, em si, ao apresentar publicamente as propostas, uma a uma, é aberta a possibilidade de os participantes proporem novas redações, o que na maioria das conferências se chama “destaque”. Quando isso ocorrer, o participante levanta a mão, diz que tem uma proposta de alteração e quem coordena o evento anota o nome, pergunta se alguém mais tem destaque ou proposta para alterar.

Após, a proposta que teve pedido de alteração é retirada de votação e se dá a oportunidade de os que propuseram mudança se juntarem para propor uma nova redação, em outro espaço e paralelo à continuidade da votação das demais propostas. Finalizadas as leituras e votações, são retomadas aquelas que tiveram proposta de alteração e vota-se entre manter o texto atual ou o texto alterado, sendo fixada a proposta com maior número de votos.

Concluída a votação, a comissão organizadora se reúne para fechar a redação final, podendo convidar os facilitadores e relatores dos GTs para compor esta comissão. Na redação final podem ser ajustados apenas questões de redação, ortografia ou gramática.

Sobre eleição dos delegados

Obedecendo ao disposto no anexo III da Portaria MinC nº 45, de 14 de julho de 2023 o cálculo do número de delegados a serem eleitos na conferência segue o quadro abaixo:

Quant. de Participantes	Nº Delegados(as) para a Conferência Municipal ou Intermunicipal
25 a 500	5% do número de participantes
Acima de 500	25 delegados

A Portaria também estabelece que nos Municípios em que se realizarem as Pré-Conferências, será considerada a soma total dos participantes dessas Pré-Conferências para a definição do número de delegados a serem eleitos para a Conferência Estadual ou Regional/Territorial, sendo vedada a participação em mais de uma Pré-Conferência. De modo complementar, não serão consideradas as frações, como no exemplo abaixo

Por exemplo: o município realizou duas pré-conferências, com 50 e 90 participantes respectivamente. E na Conferência propriamente dita, 225 pessoas estavam presentes. Então o quantitativo utilizado para o cálculo será a soma dos participantes das pré-conferências e da plenária da conferência municipal (50+90+225 = 365 pessoas) o que dá direito a 5% deste quantitativo:

365 x 5% = 18,25 > Neste exemplo serão 18 DELEGADOS, desconsiderando os valores fracionados

Definida esta quantidade, ao final da conferência o município elege seus delegados, considerando o inciso II do artigo 7 da portaria, são 2/3 de representantes da sociedade civil e 1/3 de representantes governamentais: então o exemplo acima terá 6 eleitos entre os representantes de municípios presentes e 12 representantes da sociedade civil presentes

Um particular é que para cada titular deverá ser indicado um suplente correspondente, que será credenciado como delegado apenas na ausência do titular. No caso da presença do titular, este será credenciado como convidado. Continuando no

exemplo acima, neste caso serão escolhidos até 24 da sociedade civil e 12 do poder público dos municípios presentes, respeitando a ordem de número de votos.

CONTEÚDOS

Teremos que explicar aos cidadãos o que são os eixos. Então, para uma introdução ao tema, a ser utilizada exaustivamente pelas equipes municipais, trazemos algumas informações e referências gerais que nos ajudam a entender efetivamente o que cada eixo precisaria produzir em termos de resultados práticos.

O quadro de referência da Agenda 21 da Cultura aponta elementos centrais que podem contribuir, a partir das políticas culturais locais, para cidades sustentáveis e para o cumprimento da Agenda 2030 dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Percebam que no quadro há sempre indicações objetivas do que precisa ser feito ou implantado em cada um dos nove eixos. Todos eles contribuem para fortalecer os sistemas municipais, estaduais e o Nacional de Cultura. Caso queiram, podem distribuir junto com o material dos eixos.

Referências dos indicadores Agenda 21 para cidades e governos locais	
Compromisso	Exemplos básicos de ações em âmbito local
1. Direitos Culturais	Referências legais que garantem expressamente o pleno exercício dos direitos culturais Estabelecimento da cultura como direito básico Garantia clara nas legislações dos direitos de grupos vulneráveis Existência de conselhos e comissões para discussão sobre políticas culturais
2. Patrimônio, Diversidade e Criatividade	Memória como recurso local do território Garantia de orçamento efetivo para a criatividade local Promoção da diversidade das expressões culturais, em seus diversos aspectos Ampliação do diálogo entre Cultura e Ciência
3. Cultura e Educação	Garantia que os aspectos da Cultura local estejam formalmente presentes na educação local Existência de documento formal de articulação entre Educação e Cultura Existência de Ações continuadas de promoção do diálogo intercultural Existência de Ações de mediação cultural e formação de públicos nas escolas
4. Cultura e Ambiente	Priorizar a utilização de bens e serviços locais Existência de documento formal de articulação entre Ambiente e Cultura Utilização de parques, praças e outros espaços para ações culturais

	Existência de fomento à gastronomia local , à produção sustentável de alimentos e consumo sustentável
5. Cultura e Economia	Diversificação dos sistemas de financiamento à cultura Existência de Mensuração e monitoramento do impacto da economia criativa no município Existência de Valorização financeira real do artista local Promover explicitamente as atividades de economia criativa como potencializadoras do desenvolvimento local
6. Cultura, Equidade e Inclusão Social	Existência de Vinculação entre ações culturais e grupos vulneráveis Existência de Garantia de acessibilidade física e econômica Existência de Programas de incentivo à cooperação entre várias faixas etárias Existência de Programas que garantam articulação entre Cultura, Saúde e Bem-estar
7. Cultura, Planejamento Urbano e Espaço Público	Implantação de Avaliação de Impacto Cultural e medidas compensatórias Existência de ocupação criativa do espaço urbano Existência de planos diretores considerando fatores culturais Existência de inovações no ambiente urbano , com o cidadão no centro, como protagonista e beneficiário
8. Cultura, Informação e Conhecimento	Garantia da liberdade de expressão nas legislações locais Existência de Ações de fomento à comunicação comunitária e local Existência de Produção de conteúdo diversificado em âmbito local Existência de campanhas de valorização dos artistas profissionais e da Cultura como bem comum do município
9. Governança da Cultura	Existência de estruturas de participação continuada e metodologias de suporte à participação social nas decisões sobre políticas culturais Existência de Planejamento regionalizado , estimulando protagonismo das comunidades locais Existência de transparência no uso do recurso público Inserir formalmente os aspectos da Agenda 21 para o desenvolvimento sustentável nas legislações, estruturas de governo e na gestão

Conjunto de políticas e programas prioritários para os quais todas as cidades e governos locais deveriam se planejar

Políticas para as **Artes**

Políticas para o **Patrimônio Material**

Políticas para o **Patrimônio Imaterial e a Memória**

Políticas para **Grandes ações e festejos do calendário local**

Políticas para **Regulação Urbana**

Políticas para **Atuação Intersectorial**

Os eixos da IV Conferência Nacional de Cultura¹

EIXO I - Institucionalização, Marcos Legais e Sistema Nacional de Cultura

EIXO II - Democratização do acesso à cultura e Participação Social

EIXO III - Identidade, Patrimônio e Memória

EIXO IV - Diversidade Cultural e Transversalidade de Gênero, Raça e Acessibilidade na Política Cultural

EIXO V - Economia Criativa, Trabalho, Renda e Sustentabilidade

A opção, por questão de prazo de tramitação, foi por trabalhar os cinco primeiros eixos, os quais tínhamos como desenvolver claramente o conteúdo para facilitar para os gestores municipais principalmente de municípios menores. As páginas seguintes compõem o material orientativo que pode ser distribuído à sociedade civil antecipadamente para ajudar a preparar para as discussões.

EIXO I - Institucionalização, Marcos Legais e Sistema Nacional de Cultura

Foco em Minas Gerais: Discussão local sobre a Situação do Sistema Municipal de Cultura. O que já existe, o que precisa ser criado, planejar a discussão e implantação de todos os elementos. Convidar membros do Conselho Estadual de Política Cultural para ampliar esta discussão local.

A discussão nos grupos deve ser sobre quais as etapas necessárias para implantar em curto prazo conselho e fundo onde não há e como aperfeiçoar onde há. Talvez até com criação de comissão para implantação (onde não existe conselho) ou atribuição desta atividade ao conselho, com um cronograma mínimo.

Atualmente é muito baixo o número de Conselhos de Política Cultural nos municípios de Minas e temos que fazer o possível para que todos tenham conselhos. A Secult ofertará semestralmente capacitação para conselheiros e ativistas de cultura e para gestores de conselhos municipais, então em cada município pode ser apresentada a demanda da capacitação e a Secult se organizará com a rede de gestores municipais

¹ Infelizmente, por questão de prazos, sem obter retorno sobre o eixo VI a tempo, ele não consta aqui no documento, pois tivemos que enviar para tramitação interna em vários setores obrigatórios.

para realizarmos. Os principais elementos, para os quais a Secult disponibilizará em conjunto com a rede estadual de gestores municipais exemplos e experiências, são:

- **Lei Geral do Sistema Municipal de Cultura**
- **Conselho Municipal de Política Cultural** (ver recomendações para gestores de conselho e para conselheiros; acessar a capacitação para conselheiros e ativistas que ocorrerá até a metade de setembro)
- **Fundo Municipal de Cultura** (leitura recomendada: [Sistemas municipais de financiamento da cultura com ênfase na diversidade cultural](#))

Implantados estes três, que podem estar numa única legislação, o município precisa criar seu Plano Municipal de Cultura, que deve reunir prioridades locais para o desenvolvimento cultural (leitura recomendada: [Cartilha Planos Municipais de cultura - guia de elaboração](#). UFBA) e exige um prazo maior e mais recursos para sua efetivação.

EIXO II - Democratização do acesso à cultura e Participação Social

Foco em Minas Gerais: Discussão sobre as propostas do Conselho Estadual de Política Cultural sobre Articulação entre os diversos setores governamentais e como ampliar e qualificar a participação social.

Prioridades na Interface entre Cultura e Educação

ESTIMULAR A CIDADANIA

1. Secult/IEPHA/SEE **desenvolvimento de ações piloto em 2023 e 2024 para Semana da Consciência Negra** (Aplicação da Lei 10.639/03, 11.645/08 Obrigatoriedade da História e Cultura afro e indígenas nos currículos) no ambiente das comunidades escolares;
2. Promover **programa de capacitação em participação social e diversidade cultural nas comunidades escolares** (orçamento participativo da criança e do adolescente, grêmios escolares, etc);
3. Articular, junto à Secretaria de Educação, **programa de apoio à atuação conjunta entre Bibliotecas escolares públicas, laboratórios de ciência** e experimentação criativa.
4. Desenvolver ações de tecnologia social nas comunidades escolares, por meio de edital conjunto de Cultura e Educação voltado para a Rede Mineira de Pontos de Cultura;

ESTIMULAR A PARTICIPAÇÃO

5. Propor **previsão de recursos para garantir a regularidade de visitas mediadas a diversos equipamentos** culturais;
6. **Orientação para realizar mapeamento cultural comunitário** nas comunidades da rede estadual de ensino;

7. Articulação formal Cultura e Educação para a **realização da Semana estadual de incentivo à leitura** e criação de clubes de leitura/do livro na rede pública de ensino;

ROMPER LIMITES ENTRE EDUCAÇÃO E CULTURA

8. Programa de apoio da Cultura para a realização de gincanas e festivais artísticos para e nas comunidades escolares;
9. **Produção e distribuição de Cartilha sobre diversidade cultural** (Religiosa, Étnica, Grupos da sociedade, Desigualdade social);
10. **Produção de Cartilha sobre escola, diversidade cultural e as mulheres**, no âmbito do programa de mulheres e meninas da UNESCO;
11. **Programa de visibilidade nas comunidades escolares para a Capoeira, congado, folias, boi da manta, raizeiros, benzedeiros, mestres e mestras, grupos, povos e comunidades tradicionais** (ciganos, matrizes africanas, povos indígenas, entre outros) e comunidades rurais;
12. **Produção e/ou fornecimento de material audiovisual sobre a importância das culturas de matrizes africanas e indígenas, cozinha mineira, fazeres artesanais e conhecimentos tradicionais no estado** de Minas Gerais para distribuição nas comunidades escolares;
13. **Produção de Cartilha pela cultura sobre os bairros e regiões dos municípios e suas histórias**;
14. Produção de um conjunto de ações que articule o registro, documentação e difusão da memória e oralidade por meio das novas tecnologias da informação e comunicação;
15. Articular junto a Educação sobre a articulação entre bibliotecas de cultura e bibliotecas públicas que se encontram sob gestão da Educação em âmbito municipal;

ESTIMULAR O PROTAGONISMO

16. Edital da Cultura e Educação para **Capacitação de educadores para ensino da história e cultura afro e indígena**;
17. Edital da Cultura e Educação para **Capacitação de educadores para Mediação Cultural**;
18. Edital da Cultura e Educação para **Capacitação para agentes locais sobre comunicação comunitária**;
19. Edital da Cultura e Educação para **Capacitação sobre as profissões artísticas e técnicas** nas escolas;

Prioridades na Interface entre Cultura e Esportes

1. Recomendar a **viabilização de uma política conjunta de valorização dos esportes correlacionados com a cultura popular, como a capoeira e os jogos indígenas, jogos, brinquedos e brincadeiras tradicionais**;
2. Recomendar a Criação de uma comissão permanente de Culturas Populares, Esportes e Lazer com participação entre as secretárias de Cultura e Turismo,

Esportes e Educação e representatividade de organizações da sociedade civil relacionadas com às cadeiras de culturas populares e tradicionais, patrimônio material e imaterial, culturas afro-brasileiras e culturas indígenas para traçarem diretrizes aos órgãos municipais;

Prioridades na Interface entre Cultura e Instituições Públicas de ensino Superior - IPES

PESQUISA

1. Participar da **criação de indicadores, mapeamentos e calendários articulados**, com apoio de instituição de ensino superior local;
2. Colaborar com o **Observatório de Políticas Culturais de Minas Gerais em âmbito local**;
3. Promover **estudos e pesquisas para identificar potencialidades, demandas e fragilidades dos setores artísticos e culturais** em âmbito microrregional onde atuam as IPES;

AÇÃO ARTICULADA E CAPACITAÇÃO

4. Dar **suporte na criação de Planos Museológicos das IPES e municípios**;
5. **Estabelecer parcerias para uso dos espaços (Estado e IPES)**, para viabilizar projetos financiados por editais e leis de incentivo para artistas;
6. Criar **Redes de capacitação em gestão e produção cultural nas IPES**, com capacitação e formação virtuais ou presenciais para os conselheiros de cultura;
7. Criar **ação articulada entre as IPES e a SECULT para ações de capacitação de gestores(as) culturais nos municípios de Minas Gerais** para implementação de Sistemas Municipais de Cultural (conselhos, planos e fundos) e para implantação do programa de formação cultural do Sistema Estadual de Cultura;

Prioridades na Interface entre Cultura, Planejamento e Fazenda

ARTICULAÇÃO

1. Prever alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual (LOA) para:
 - a) Destinação de recurso direto do tesouro para os fundos municipais de cultura;
 - b) Realização de Conferências de Cultura e funcionamento dos conselhos;
 - c) Suporte aos Sistemas Municipais de Cultura;
 - d) Política Estadual de Cultura Viva em âmbito municipal;
 - e) Investimento no suporte de execução da Lei Aldir Blanc 2 (LAB2);

RECOMENDAÇÕES GERAIS

- a) Criar uma Cartilha simplificada sobre Cultura e Instrumentos de Planejamento Governamental (PPA, LDO, PPAG e LOA); (obs.: utilizar a proposta pela Secult)

- b) Articular entre a Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) e as câmaras municipais a realização de Audiências Públicas sobre a democratização dos recursos para as políticas de cultura;
- c) Realizar reunião pública para discutir o perfil de projetos que podem receber financiamento por meio do Fundo Municipal de Cultura;

EIXO III - Identidade, Patrimônio e Memória

Foco em Minas Gerais: Discussão das recomendações do Consec relativas às Culturas Populares e Tradicionais, ao Patrimônio Material e Imaterial em Minas Gerais e fortalecimento das políticas municipais de Patrimônio Cultural.

Minas Gerais tem alguns dos mais consistentes conjuntos de políticas para o Patrimônio Cultural, o que fica visível no número de conselhos de patrimônio e políticas locais de proteção existentes nos municípios. A política de indução federativa do ICMS de Patrimônio Cultural é referência nacional.

Porém, não garante amplamente que todos os aspectos de patrimônio material e imaterial sejam considerados e valorizados na mesma intensidade e proporção. A discussão municipal pode orientar-se pelas referências abaixo e concentrar-se em como instituir ou aperfeiçoar as políticas locais para a proteção do patrimônio, mas também para a promoção da memória dos indivíduos e das comunidades.

Ainda há resistência em diversos ambientes para com as expressões culturais de matrizes africanas ou indígenas e para a efetiva valorização das comunidades e expressões tradicionais. Publicações sobre memória de bairros, formações sobre culturas afro-brasileiras e indígenas, promoção da beleza e importância das expressões tradicionais locais nos municípios e diversos outros exemplos estão presentes nas recomendações do Conselho Estadual de Política Cultural e podem orientar os grupos que discutirão este eixo, uma vez que impactam diretamente também os municípios.

Prioridades Setoriais Culturas Populares e Tradicionais

INFRAESTRUTURA, ARTICULAÇÃO E POLÍTICAS

1. Contribuir com o IEPHA na criação de um cadastro unificado e registro de **mestres e mestras das culturas populares e tradicionais**;
2. Contribuir com o IEPHA na criação de um cadastro unificado e registro dos **povos e comunidades tradicionais de Minas Gerais**;

3. Contribuir com o IEPHA na criação do **Mapa do Patrimônio Imaterial de Minas Gerais**, de modo a disponibilizar os dados dos cadastros e registros em âmbito estadual em uma plataforma livre e de fácil acesso, sugere-se também que os municípios tenham espaço para disponibilizar as informações do seu Patrimônio Imaterial Registrado;

VISIBILIDADE

4. Criar e implantar espaço local específico para **Memória das Culturas Populares e Tradicionais** com ênfase na cultura congadeira e tendo a participação dos detentores do patrimônio imaterial para organização e composição do acervo local e da preparação dos espaços para exposições;

SUORTE A POLÍTICAS MUNICIPAIS DE PROMOÇÃO DO PATRIMÔNIO IMATERIAL

5. Implantar localmente as **recomendações da cartilha orientativa do IEPHA para gestores municipais**, com conteúdo sobre formulação de políticas municipais de cultura de apoio ao Patrimônio Imaterial;
6. Implantar localmente as **recomendações da cartilha orientativa do IEPHA com linguagem facilitada, virtual e impressa, para auxiliar detentores do Patrimônio Cultural Imaterial na abordagem das gestões municipais** para atendimento de suas demandas por meio do ICMS do Patrimônio Cultural;
7. Implantar localmente as **recomendações da Rede Estadual de Gestores Municipais de Cultura nas orientações específicas para apoiar a criação de acervos comunitários das memórias de culturas populares** entre 2023 e 2025;

FOMENTO E FINANCIAMENTO

8. Realizar anualmente **edital para premiação voltado a mestras e mestres** de culturas tradicionais e populares em Minas Gerais;
9. Estruturar apoio financeiro regular para **intercâmbio e mobilidade dos grupos para os festejos populares tradicionais** por meio de programa.
10. Contribuir localmente com o **Programa Mineiro de Apoio aos Reinados e Congados** em atendimento às demandas do Fórum Mineiro de Reinados;

Parecer de contribuições do Patrimônio Material e Imaterial

SOBRE A INSTITUIÇÃO FUNDO DE PATRIMÔNIO

1. Implantar **programa de suporte financeiro específico para patrimônio imaterial**, garantindo percentual significativo da destinação dos recursos do Fundo de Patrimônio para este fim;
2. Definir pontuação extra no ICMS Patrimônio Cultural diretamente proporcional ao investimento do município em patrimônio imaterial; (*por exemplo: criação de decreto municipal com destinação dos recursos advindos do ICMS Patrimônio Cultural diretamente para o Fundo Municipal de Patrimônio, voltado ao fomento de culturas populares e tradicionais*)

3. Regulamentação/orientação para implantação de medidas compensatórias para o patrimônio, seguindo orientações do IEPHA, com recursos sendo destinados diretamente aos fundos de patrimônio; (estabelecer em conjunto com a rede de gestores municipais, à exemplo do programa adote um bem cultural, de Belo Horizonte)

SOBRE A POLÍTICA DE ICMS PATRIMÔNIO CULTURAL

4. Revisão da legislação e regulamentação com o objetivo de encontrar solução para **garantir que os recursos repassados aos municípios sejam utilizados em programas, projetos e ações municipais para preservação e salvaguarda do patrimônio**, com a recomendação de priorizar patrimônio imaterial; (*por exemplo: criação de decreto municipal com destinação dos recursos advindos do ICMS Patrimônio Cultural diretamente para o Fundo Municipal de Patrimônio, voltado ao fomento de culturas populares e tradicionais*)
5. Orientação aos municípios para instituição de **programa de fomento para que o recurso chegue aos mestres, mestras e detentores**, individualmente, em comunidade com outros e como grupo de pessoas;

EIXO IV - Diversidade Cultural e Transversalidade de Gênero, Raça e Acessibilidade na Política Cultural

Foco em Minas Gerais: Aplicação prática de aspectos territoriais, setoriais, étnicos e de gênero da promoção da diversidade e os desafios para implantar políticas de acessibilidade e diversidade em âmbito local

Tratar do tema da diversidade cultural e ainda em conjunto com temáticas tão intensas no Brasil da atualidade é um desafio concreto para IV Conferência Nacional de Cultura. Para além das questões discursivas sobre o tema, temos uma série de questões de natureza prática e que ainda estão longe de serem garantidas no âmbito das políticas locais.

Entre as principais questões deste eixo podemos destacar a necessidade de abordar a diversidade em seus diferentes aspectos: categorias de diversidade, diversificação, equidade e equilíbrio internamente e entre as categorias, aspectos de regionalização, aspectos de cidadania e valorização de grupos e indivíduos vulneráveis e como planejar, aplicar e monitorar isso em âmbito local.

O combate à discriminação, qualquer que seja, se se faz mediante educação para a diversidade, para o diálogo entre as diversas expressões culturais e, principalmente por um longo trabalho com a sociedade e os formadores de opinião sobre a temática.

Planejar cidades diversas e sustentáveis exige que seja para todos os cidadãos, o que inclui a necessidade de se pensar em todos os grupos sociais, nas minorias, nas pessoas com deficiência, na distribuição de recursos e ações por segmentos, por etnias, por faixas etárias, pelas diferentes regiões da cidade ou do estado.

Podemos ressaltar algumas questões centrais que podem ser utilizadas de forma objetiva para os cidadãos discutirem ações a serem colocadas em prática como prioridades neste eixo, que estão divididos em quatro grupos de ação. Em alguns casos, são identificados com outros eixos da IV CNC, alguns dos quais deixamos marcados ao lado:

Grupo 1 - Fomento à Criatividade

- Promover ações para Literatura, Leitura e Escrita
- Promover Formação artística
- Promover Capacidades relacionais, Capacidades expressivas e Competências interculturais
- Estimular Comportamentos cidadãos;
- Promover mostras, festivais e projetos de caráter mais coletivo;
- Promover a memória local (*por exemplo, com Publicações da história dos cidadãos, bairros e comunidades*) - (eixo III IV CNC);
- Mapeamento e cadastro local;
- Ampliar vínculos comunitários e estímulo à responsabilização comunitária (*Por exemplo: orçamento participativo escolar, mini legislativo, mapeamento comunitário, educação patrimonial e memória local*)

Grupo 2 - Fomento à Inovação

- Apoio direto aos pequenos negócios de base cultural (*por exemplo os fundos municipais ou incentivos fiscais à cultura*) (eixo V da IV CNC)
- Apoio indireto via diminuição tributária para pequenos negócios culturais, artistas e grupos, OSCs em regiões descentralizadas (*Por exemplo: decreto municipal com alíquotas menores ou isenção de ISSQN e/ou IPTU para*

funcionamento de grupos e instituições culturais comunitárias em determinadas regiões) (eixo V da IV CNC);

- Promover a escuta continuada da população para ampliar a possibilidade de aprendizados e aperfeiçoamentos institucionais e da própria relação da sociedade civil *(eixo I da IV CNC)*
- Fomentar a gastronomia local *(por exemplo: criar decreto municipal reduzindo a alíquota de ISSQN para estabelecimentos de gastronomia, como forma de estimular espaços de encontro local, como cafés, bares e restaurantes)*
- Fortalecer o ambiente local de negócios *(eixo V da IV CNC)*
- Promover o Turismo de base comunitária, Turismo cultural, Turismo rural, Turismo de natureza *(por exemplo: seguir recomendações da lei nº 23.763/2021, que instituiu a Política Estadual de Turismo de Base Comunitária)*

Grupo 3 – Espaços públicos e formativos

- Atuação em conjunto com a Rede escolar municipal
- Capacitações para professores lidarem com questões culturais locais
- Promover espaços de ciência e de criatividade nas escolas, bibliotecas e centros culturais
- Integração da escola e da cultura com serviços municipais de saúde e assistência social *(por exemplo: promover apresentações culturais, exposições de artistas locais e apresentações de estudantes em centros de saúde e centros de referência e assistência social)*
- Bibliotecas e acervos em diversos formatos *(Por exemplo: livros físicos impressos, livros virtuais, braile, audiodescrição, etc. O departamento de Bibliotecas da Secult está à disposição para colaborar no planejamento destas ações)*
- Realizar Gincanas com temáticas culturais ou históricas locais;
- Promover a realização de atividades culturais variadas em praças, parques e áreas de convivência e atividades coletivas *(por exemplo: decreto municipal para regulamentar e facilitar o uso do espaço público para atividades artísticas e culturais);*

- Estímulo ao Consumo consciente para a comunidade local (*por exemplo: estimular a comprar com o comércio da região, implementar a cultura de reutilização de bens – como bazares e feiras de escambo - e de produção de menos resíduos, mais do que somente reciclagem*);

Grupo 4 – Políticas urbanas e de serviços

- *Proteção e promoção da memória local (eixo III IV CNC);*
- Disponibilizar acesso à Internet e banheiros públicos nas áreas com grande concentração populacional nos municípios;
- Promover a melhoria da relação dos cidadãos e do próprio poder público com as populações vulneráveis nos espaços públicos;
- Promoção clara da acessibilidade física nos municípios (*eixo IV da IV CNC*)
- Reformular a regulação urbana garantindo que seja inclusiva (*eixo IV da IV CNC*) (*ver cartilha de sugestão da rede de gestores*)
- Melhorar a mobilidade das pessoas dentro da cidade ou entre cidades de uma mesma região (*eixo IV da IV CNC*) (*por exemplo: quando for realizar um festival, planejar disponibilidade de transporte público para a população ou realizar regionalmente, para facilitar o deslocamento dos cidadãos, promover estudos sobre o deslocamento da população internamente e com as cidades da mesma região*)
- Ampliar a oferta diversificada de serviços públicos e demais serviços e comércios locais (*por exemplo: lojas de roupa; lojas de informática; lojas de material esportivo; lojas de instrumentos musicais, bares, cafés e restaurantes; livrarias; papelarias; bancas de revista e jornal; telefonia; transporte urbano; estabelecimentos de saúde; bibliotecas; centros culturais; espaços culturais multiuso; etc*)

EIXO V - Economia Criativa, Trabalho, Renda e Sustentabilidade

Foco em Minas Gerais: Discussão sobre documento de prioridades das políticas setoriais, consolidado no Plano Estadual de Desenvolvimento da Economia da Criatividade, a profissionalização artística e o desenvolvimento dos segmentos profissionais da economia criativa no estado.

Prioridades Setoriais Música - Consec

INFRAESTRUTURA, ARTICULAÇÃO E POLÍTICAS

1. Realizar diagnóstico técnico-participativo para a criação de banco de dados do setor
2. Assinar instrumento de Cooperação entre o órgão municipal de cultura, a Secult, UEMG, FAOP e FCS visando oferta descentralizada de programas formativos em música e áreas correlatas.

FOMENTO E FINANCIAMENTO

3. Implantar programa de apoio a Corporações Musicais a partir de planejamento coordenado pela Secult, ouvidos os movimentos e coletivos.
4. Implantar programa de suporte financeiro para mobilidade, circulação e intercâmbio regional, nacional e internacional, com gestão por meio de chamamento público e em diálogo com o Fórum da Música de MG e entidades representativas do setor.
5. Contribuir com o estado na Implantação de plataforma de distribuição da música produzida em MG, com remuneração pela disponibilização.
6. Contribuir com o estado na Implantação, por meio da Empresa Mineira de Comunicação e afiliadas, um programa de Apoio Financeiro à produção e difusão de conteúdos musicais, tais como programas de auditório, estúdios abertos e lançamento de novos trabalhos.

RECOMENDAÇÕES GERAIS

- a) Criar mecanismos para regulamentar a concessão democrática de uso dos espaços mantidos ou financiados pelo poder público em âmbito Municipal.
- b) Oferecer curso de capacitação em acessibilidade para projetos culturais.

Prioridades Setoriais Dança - Consec

INFRAESTRUTURA, ARTICULAÇÃO E POLÍTICAS

1. Realizar diagnóstico técnico-participativo para a criação de banco de dados do setor de DANÇA considerando os grupos, comunidades e interessados envolvidos;

FOMENTO E FINANCIAMENTO

2. Implantar programa de suporte financeiro para mobilidade, circulação e intercâmbio regional, estadual, nacional e internacional de grupos e artistas profissionais de DANÇA, com gestão por meio de chamamento público e em diálogo com o Fórum da Dança de Minas Gerais e entidades representativas do setor;
3. Implantar programa de suporte financeiro a ações de formação, intercâmbio de processos artísticos, pesquisa e experimentação não formal para escolas municipais, grupos e artistas de dança;

4. Realizar programas de suporte financeiro a pesquisas acadêmicas e intercâmbios entre universidades que difundam e democratizem a Dança como área de conhecimento, via FAPEMIG;

DEMOCRATIZAÇÃO

5. PALCO DANÇA MINAS - Implementar editais para criação, intercâmbio e cessão regular de espaços e equipamentos culturais nos municípios, voltados a companhias, grupos e artistas independentes de dança do interior do estado, com a criação de agenda que abranja as diferentes abordagens artísticas em dança e busque pela acessibilidade, inclusão e valorização do artista de dança com deficiência;

Prioridades Setoriais Gastronomia - Consec

1. Formalizar e ampliar ações conjuntas de regionalização entre a Cultura e as Instâncias de Governança Regional do Turismo;
2. Criar cadeira de representação da Cozinha Mineira nos conselhos de turismo e nos conselhos de cultura, de modo a contribuir para cooperação mútua entre as duas instâncias;
3. Criar orientação para a interlocução entre planos municipais de cultura e planos municipais de turismo;
4. Criar editais para difundir as produções artísticas, produtos e festivais de Cozinha Mineira nas ações de promoção de Minas como destino turístico;
5. Criar editais e ações de fomento para difundir as manifestações das culturas tradicionais e populares e cozinha mineira, resguardadas as suas especificidades, nas ações de promoção das diversas regiões como destino turístico;
6. Promover o patrimônio, a memória e as artes do estado através de plano de ação conjunto entre os diversos órgãos municipais;
7. Instituir formalmente o calendário de ações culturais e festividades regionais e municipais, em conjunto com a Secult;
8. Fomentar através de editais locais, a realização de expedições de mapeamento da Cozinha Mineira;
9. Pautar junto à Rede Estadual de Gestores Municipais de Cultura e Turismo orientações específicas para priorizar a remuneração de artistas de estilos tradicionais em festejos típicos, feiras e festivais gastronômicos e da cozinha mineira com o intuito de evitar e vedar o uso de verbas públicas em eventos que não atendam a esta especificação;

Prioridades Setoriais Design - Consec

INFRAESTRUTURA, ARTICULAÇÃO E POLÍTICAS

1. Realizar diagnóstico técnico-participativo para a criação de banco de dados do setor do design, considerando todo o segmento.
2. Implantar programa de apoio financeiro e de cessão de espaços do município aos profissionais iniciantes do design.

3. Realizar campanha para incentivar a contratação de designers mineiros pelas instituições do setor cultural;

FOMENTO E FINANCIAMENTO

4. Realizar editais voltados a exposições coletivas de designers mineiros;
5. Implantar programa anual da “Semana do Design”, à exemplo da Semana de incentivo à Leitura.
6. Assinar instrumento de parceria entre diversos parceiros institucionais para, entre outros:
 - a) Instituir Selo/Certificado “PRODUZIDO PELO DESIGN MINEIRO”, voltado a empresas do setor;
 - b) Criar o Prêmio microrregional do design, voltado aos profissionais do setor, e Prêmio Estímulo para estudantes do Design que elaborem propostas de interlocução do design com o desenvolvimento comunitário;
 - c) Instituir o Programa de Fomento a Negócios em Design;

Prioridades Setoriais Literatura, Livro, Leitura e Bibliotecas - Consec

INFRAESTRUTURA, ARTICULAÇÃO E POLÍTICAS

1. Realizar mapeamento do Ecossistema da Literatura em Minas Gerais;
2. Realizar Encontro Setorial do segmento, com apoio institucional da Secult, do legislativo municipal e da educação municipal;
3. Garantir recurso orçamentário adequado para manutenção das ações das bibliotecas municipais;
4. Criar e apoiar ações de reconhecimento da tradição oral, valorizando os contadores tradicionais e o reconhecimento do papel deles no fomento à literatura;
5. Criação de calendário microrregional das festas e eventos literários;

FOMENTO E FINANCIAMENTO

6. Edital de fomento específico para Literatura, via fundo municipal, voltado para criação, circulação, edição e modernização, que contemple escritores, clubes de leitura, editoras independentes, academias de letras, circuitos literários, bibliotecas comunitárias, associações literárias;
7. Inclusão de critério de pontuação diferenciada nos editais do Audiovisual e Teatro para produções que utilizem obras originais ou roteiros adaptados de autores/escritores mineiros;
8. Criar programa de apoio permanente a escritores, bibliotecas comunitárias e editoras independentes;
9. Criar linha específica dentro do fundo municipal para internacionalização da Literatura local;
 - a) Inserir produção artística e cultural do estado nas missões, eventos e feiras do governo de Minas Gerais em outros países.

- b) Criar uma subcomissão específica sobre os editais do segmento dentro das Leis Emergenciais Paulo Gustavo e Aldir Blanc;

Prioridades Setoriais Produção Cultural - Consec

INFRAESTRUTURA, ARTICULAÇÃO E POLÍTICAS

1. Diagnóstico Georreferenciado atualizável dos profissionais dos setores de Produção Cultural e técnicos das artes;
2. Definir claramente as Mostras e Festivais artístico-culturais como fundamentais dentro do Sistema Municipal de Financiamento, pelo impacto em escala, como geradoras de emprego, ocupação criativa e renda e atendendo transversalmente a praticamente todos os segmentos artísticos;
3. Promover a profissionalização das ações viabilizadas via Sistema Municipal de Financiamento, reconhecendo formalmente a importância da produção cultural profissional e garantindo plenamente os direitos sociais e econômicos dos produtores, conforme proposto em documentos internacionais da UNESCO e OIT, anexados a este parecer;
4. Criar campanha promovendo conhecimento dos trabalhos de áreas técnicas em geral, através de um material impresso, digital e audiovisual;

SOBRE QUESTÕES TÉCNICAS DA RELAÇÃO COM O SEGMENTO

5. Realizar Reunião Pública sobre aperfeiçoamento de aspectos técnicos ligados à Produção Cultural no Sistema Municipal de Financiamento;
6. Facilitar a comunicação entre o órgão municipal gestor de cultura e os produtores e proponentes culturais, estabelecendo prazos objetivos para respostas e dúvidas;
7. Reorganizar e desburocratizar as atividades de readequação e envio de documentos, com base nas recomendações da reunião pública, de modo que atendam à realidade da produção cultural em geral e não coloquem empecilhos operacionais ou regras e exigências desnecessárias;
8. Criar Instrumento de Cooperação visando realizar Capacitação Anual, pelo período que abrange a execução das leis Paulo Gustavo e Aldir Blanc II, para Produção Cultural, Elaboração de Projetos e Prestação de Contas;

Prioridades Setoriais Artesanato - Consec

INFRAESTRUTURA, ARTICULAÇÃO E POLÍTICAS

1. Institucionalizar o Cadastramento de Artesãos do SICAB/SEDE como parte do Sistema Estadual de Informações e Indicadores Culturais, com a complementação de informações específicas sobre o Artesão e espaços de artesanato por meio de mapeamento específico do setor;
2. Criar um programa integrado de políticas para o artesanato, em conjunto com a AMM e a Rede Estadual de Gestores Municipais de Cultura e Turismo;

FOMENTO E FINANCIAMENTO

3. Editais simplificados para participação em Feiras de Artesanato e Tradições Populares tendo por objeto a ajuda de custo para transporte, hospedagem e alimentação e transporte das peças e materiais usados por artesãos;
4. Criar Editais para OSC para realização de Feiras Regionais de Artesanato e Tradições Populares;
5. Criar programa de financiamento para encontros regionais de artesãos;

INTERSETORIALIDADE

6. Estabelecer política visando criar condições para que artesanato produzido localmente passe a compor formalmente os eventos principais do estado.
7. Inserir o artesanato local e microrregional nos eventos e ações de promoções turísticas.
8. Estabelecer Instrumento de cooperação entre cultura e setor de desenvolvimento econômico para ação integrada visando desenvolvimento de políticas públicas voltadas ao artesanato e ao artesão em âmbito municipal.

Prioridades Setoriais Museus - Consec

INFRAESTRUTURA, ARTICULAÇÃO E POLÍTICAS

1. Retomar o mapeamento dos museus e centros de memória nos municípios e implantar monitoramento continuado;
2. Realizar campanha anual com a Rede Estadual de Gestores Municipais de Cultura e Turismo, AMM, Comissão de Cultura/ALMG e legislativos municipais sobre a importância de museus e espaços de memória;
3. Criar um programa para ser implantado entre dois e quatro anos que articule o registro, documentação e difusão da memória e da oralidade por meio das novas tecnologias da informação e comunicação;
4. Estabelecer em até três anos parcerias formais de cooperação e em rede com as Instituições de Ensino Superior (IES) para articulação entre Sustentabilidade, Museus e Centros de Ciência;

FORMAÇÃO

5. Realizar encontro entre museus dos territórios, concluindo com Encontro Estadual de Museus;
6. Realizar Conjunto de ações formativas e Seminário e internacional de Gestão e sustentabilidade financeira de instituições museais, por meio de instrumento de cooperação e intercâmbio entre a Secult/FCS e ICOM, instituições museais internacionais e representações diplomáticas no Brasil;
7. Ampliar as ações de capacitação e suporte para museus e centros de memória em municípios;
8. Criar capacitação continuada e descentralizada em curadoria e expografia para os espaços museais nos municípios

FOMENTO E FINANCIAMENTO

9. Lançar editais para apoio a projetos de criação, recuperação, restauração e ampliação de espaços para uso como instituições museais;
10. Lançar e manter editais regulares para manutenção física e de equipes de instituições museais no estado;
11. Desenvolver ações de tecnologia social da memória e de ocupação dos equipamentos museais pelas comunidades escolares e a Rede Mineira de Pontos de Cultura, por meio de edital conjunto entre Cultura e Educação;

Prioridades Setoriais Teatro - Consec

INFRAESTRUTURA, ARTICULAÇÃO E POLÍTICAS

1. Realizar diagnóstico técnico-participativo, em parcerias com instituições representativas, associações e coletivos, para coleta, sistematização e disponibilização de modo georreferenciado e categorizado das informações sobre o segmento;
2. Estruturar políticas públicas para cadeias produtivas do teatro que considerem as dinâmicas de cada setor interno: teatro de rua, teatro de câmara, teatro experimental, musicais, teatro amador;
3. Criar instrumento de cooperação com a Educação para a difusão da produção teatral local nas redes de ensino;
4. Criar, por meio Rede Estadual de Gestores Municipais de Cultura e AMM, campanha de visibilidade da produção teatral e das demais linguagens artístico-culturais “regionais” no estado;
5. Implementar unidades de formação técnica e artística e de produção teatral, em instituições culturais, públicas ou comunitárias, existentes em todo o estado, com apoio da Fundação Clóvis Salgado e do SATED Minas;

FOMENTO E FINANCIAMENTO

6. Criar editais regulares para fomento a mostras e festivais em todo o estado, com exclusividade do segmento de Teatro;
7. Palco Cena Minas - Implementar editais para criação, intercâmbio e cessão regular de equipamentos locais, voltados a associações, cooperativas, grupos e companhias teatrais do interior do estado, com a criação de agenda que abranja as diferentes dinâmicas de cada setor interno: rua, câmara, experimental, musicais, amador;

Prioridades Setoriais Circo - Consec

INFRAESTRUTURA E POLÍTICAS

1. Realizar diagnóstico técnico-participativo e amplo mapeamento do segmento circense, considerando instituições, artistas e técnicos que atuam em Circos Itinerantes, Grupos e Trupes, Escolas de Circo e Projetos Sociais de Circo;
2. Criar política instrumentos visando orientação para destinação de terrenos adequados para receber temporadas dos circos itinerantes em todas os municípios mineiros, com pontos de água e luz e rede hidráulica;
3. Programa de visibilidade da legislação de apoio ao circo através de criar campanha de visibilidade da lei municipal de apoio ao circo e apoio para as regulamentações municipais de instalação e permanência dos circos itinerantes nas localidades;
4. Implementar rede institucional de garantias política de garantia dos direitos fundamentais dos povos e comunidades tradicionais dos circos itinerantes;

FOMENTO E FINANCIAMENTO

5. Implementar políticas públicas e de fomento adequadas para cada um dos segmentos do circo: grupos, trupes, cia de palhaços, circos tradicionais itinerantes, escolas de circo, projetos sociais de circo;
6. Criar editais simplificados e adequados aos circenses tradicionais;
7. Criar, em conjunto com a Educação, programas de aquisição de ingressos de espetáculos circenses para distribuição na rede estadual de ensino, à exemplo da política estadual do vale livro da SEE;

ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

12. Criar programa de apoio à destinação de imóveis ociosos para escolas e projetos sociais de circo, grupos e trupes;
13. Georreferenciar e disponibilizar terrenos públicos do estado para receber os circos por ocasião da realização de suas temporadas de espetáculos;
14. Recomendar aos municípios a inclusão de representantes de artistas e técnicos circenses ou de suas entidades representativas nos conselhos de cultura e comissões de análise de projetos de editais públicos;
15. Elaborar documento de orientação aos municípios sobre políticas para todos os segmentos circenses;

RECOMENDAÇÕES GERAIS

- a) Reunião técnica entre a Cultura, agentes locais dos Bombeiros, da CEMIG, da COPASA e da PMMG, visando construir política governamental integrada que facilite a presença e a atuação dos circenses em todo estado;
- b) Implantar em conjunto com a Educação e a Saúde locais ações de suporte ao circense e que dependem de interface, como o acesso à escola para filhos de circenses e o atendimento pelo SUS por onde passem.

Prioridades Setoriais Audiovisual - Consec

INFRAESTRUTURA E FORMAÇÃO

1. Realizar diagnóstico sobre as cadeias produtivas do audiovisual e suas diversas áreas, identificando e reduzindo as fragilidades regionais para a produção, difusão e exibição audiovisual;
2. Implantar e manter um programa continuado de preservação do audiovisual no estado;
3. Realizar formação e capacitação, prioritariamente para o interior do estado;
4. Promover capacitação regionalizada para a comunicação comunitária, prioritariamente nas comunidades escolares da rede pública estadual e dos cineclubes;

FOMENTO E FINANCIAMENTO

5. Priorizar editais para as etapas da cadeia produtiva do audiovisual: Desenvolvimento de roteiro; Pesquisas sobre o audiovisual em Minas Gerais; Produção de obras de curtas-metragens até 30 min; Mostras e Festivais no/do interior; Distribuição e difusão;
6. Criar editais afirmativos e regionalizados: Novos realizadores; Produção audiovisual de Grupos de diversidade identitária (gênero, etnia, faixa etária, regiões Intermediárias);
7. Implantar programa de suporte financeiro para mobilidade, circulação e intercâmbio regional, estadual, nacional e internacional de artistas e técnicos mineiros do audiovisual;

ARTICULAÇÃO E POLÍTICAS

11. Consolidação de estruturas locais de *Film Commission*, com apoio da Minas *Film Commission* e institucionalização do Programa Cidade Amiga do Audiovisual;
12. Criar a Semana de promoção do audiovisual mineiro, integrando-se a eventos como a MAX – feira do Sebrae e grandes eventos do setor audiovisual;
13. Ampliar gradativamente a produção local de audiovisual para ocupação da grade dos canais da Empresa Mineira de Comunicação;
14. Incentivar realização e mostras e festivais de audiovisual no âmbito das redes estaduais e municipais de Educação, para formação de novos públicos

Prioridades Setoriais Moda - Consec

INFRAESTRUTURA, ARTICULAÇÃO E POLÍTICAS

1. Criar localmente o Dia da Moda Mineira;
2. Criar e implementar localmente o Selo de Origem: Feito em Minas, Feito por Minas, Feito de Minas;
3. Contribuir diretamente com o IEPHA para o Inventário e mapeamento georreferenciado dos ofícios tradicionais da moda em Minas Gerais, suas especificidades e territórios, e diferenciá-los do artesanato;
4. Identificar e reconhecer como Patrimônio Imaterial as particularidades de moda e bordados locais, caso existam;

5. Campanha de promoção para gerar visibilidade sobre a importância do segmento da moda para o estado de Minas Gerais;

FOMENTO E FINANCIAMENTO

6. Criar Edital de Apoio a Feiras de Moda local;
7. Criar Programa Estadual de Moda Autoral e Sustentável, voltado a novos criadores de moda;
8. Programa Estadual de Apoio aos Ofícios da Moda e Seus Mestres, tais como: lapidadores, joalheiros, alfaiates, sapateiros, costureiras, tecelãs, bordadeiras, rendeiras, crocheteira, cerzideira, modelistas, chapeleiro, tricô, fiandeiras e criadores de Moda de Minas Gerais. Premiação, com transmissão de saberes, oficinas periódicas;



CULTURA E
TURISMO



**MINAS
GERAIS**

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.

MINISTÉRIO DA
CULTURA

